



CESP Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ: 33.652.516/0001-70

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Queremos agradecer aos nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços, pelo apoio, cooperação e a confiança em nós depositada e, em especial aos nossos colaboradores pelo empenho apresentado.

Demonstração do Resultado			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)			
	Nota	2023	2022
Receita líquida	4	441.306	1.166.193
Custo com energia elétrica	5	(428.943)	(1.148.615)
Lucro bruto		12.363	17.578
Receitas (despesas) operacionais	5		
Gerais e administrativas		(2.963)	(9.404)
Outras receitas operacionais		(2.983)	(8.256)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		9.400	15.430
Resultado financeiro líquido	6		
Receitas financeiras		10.589	8.792
Despesas financeiras		(17)	(268)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		10.572	8.524
Imposto de renda e contribuição social	9.3		
Correntes		(5.963)	(3.842)
Diferidos		(674)	(8.143)
Lucro líquido do exercício		13.335	14.969

Balanco Patrimonial - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)			
	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	89.072	86.616
Contas a receber de clientes	8	40.279	113.583
Tributos a recuperar		1.824	7.133
Outros ativos		18	13
Não circulante		131.193	207.345
Tributos a recuperar		—	21
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	212	886
Depósitos Judiciais	10	629	—
		841	907
Intangível		264	341
		264	341
Total do ativo		132.298	208.593

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)			
	Nota	2023	2022
Em 1º de janeiro de 2022			
Lucro líquido exercício		410	5.842
Total resultado abrangente do exercício		410	5.842
Destinação do resultado do exercício			
Constituição de reserva legal		—	—
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		—	—
Retenção de lucro		747	(747)
Contribuições e distribuições aos acionistas		747	(747)
Em 31 de dezembro de 2022			
Lucro líquido exercício		62.158	1.157
Total resultado abrangente do exercício		62.158	1.157
Destinação do resultado do exercício			
Constituição de reserva legal		—	—
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		—	—
Retenção de lucro		667	(667)
Contribuições e distribuições aos acionistas		667	(667)
Em 31 de dezembro de 2023			
Lucro líquido exercício		62.158	1.824
Total resultado abrangente do exercício		62.158	1.824

Reservas de Lucros						
	Nota	Capital social	Reserva legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2022		62.158	410	5.842		68.410
Lucro líquido exercício		—	—	—	14.969	14.969
Total resultado abrangente do exercício		—	—	—	14.969	14.969
Destinação do resultado do exercício						
Constituição de reserva legal		—	—	—	—	—
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		—	—	—	(3.556)	(3.556)
Retenção de lucro		—	—	10.666	(10.666)	—
Contribuições e distribuições aos acionistas		—	—	747	(14.969)	(3.556)
Em 31 de dezembro de 2022		62.158	1.157	16.508		79.823
Lucro líquido exercício		—	—	—	13.335	13.335
Total resultado abrangente do exercício		—	—	—	13.335	13.335
Destinação do resultado do exercício						
Constituição de reserva legal		—	—	—	—	—
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		—	—	—	—	—
Retenção de lucro		—	—	9.501	(9.501)	—
Contribuições e distribuições aos acionistas		—	—	667	(13.335)	(3.167)
Em 31 de dezembro de 2023		62.158	1.824	26.009		89.911

Fluxo de caixa das atividades operacionais			
	Nota	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		19.972	24.954
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Amortização	5	77	45
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	10	(23)	—
Hedge accounting operacional		—	2
Realização de contratos futuros de energia, líquido de reconhecimento		(8.209)	—
Decréscimo (acréscimo) em ativos		20.026	16.792
Contas a receber de clientes		73.304	6.517
Tributos a recuperar		5.330	6.528
Depósitos judiciais	10	(606)	—
Demais créditos e outros ativos		(5)	12
Acréscimo (decrescimo) em passivos		(71.337)	2.704
Fornecedores		(71.337)	2.704
Instrumentos financeiros derivativos		—	(4.414)
Tributos a recolher		(15.224)	9.658
Obrigações estimadas e folha de pagamento		(16)	(478)
Demais obrigações e outros passivos		(11)	5
Caixa proveniente das operações		11.461	37.324
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.684)	(2.398)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		6.777	34.926

Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
	Nota	2023	2022
Dividendos pagos	1.1 (a)	(4.321)	—
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(4.321)	—
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		2.456	34.926
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		86.616	51.690
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		89.072	86.616

Notas Explicativas			
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
1. Considerações gerais: A CESP Comercializadora de Energia S.A. ("CESP Comercializadora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, constituída em maio de 2019. A Companhia é controlada direta da CESP Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Controladora") e indireta da Auren Energia S.A. ("Auren"). A Companhia tem por objetivo a comercialização de energia elétrica, inclusive no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ("CCEE"), a fim de promover uma gestão otimizada do balanço energético do portfólio de geração de energia elétrica da Auren. As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da CCEE. 1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023: (a) Dividendos pagos e deliberados: Em 9 de março de 2023, a Companhia pagou dividendos para sua controladora CESP, no montante de R\$ 765, referente aos dividendos deliberados do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 28 de abril de 2023, a Administração da Companhia deliberou o pagamento de dividendos para sua controladora CESP, no montante de R\$ 3.556, referente aos dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O pagamento dos dividendos ocorreu em 07 de novembro de 2023. 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis: 2.1 Declaração de Conformidade: (a) Demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2023, o que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS")) emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. (b) Aprovação das demonstrações financeiras: A Diretoria da Companhia aprovou a emissão das demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2024. 2.2 Base de apresentação: A preparação das demonstrações financeiras considera a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$"). 2.4 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB: (a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia: Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações no CPC 32/IAS 12 "Tributos sobre o lucro": A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2023, a alteração ao CPC 32 / IAS 12 a qual requer o reconhecimento de impostos diferidos sobre as transações que dão origem ao reconhecimento de um ativo ou um passivo, resultando em valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, como contratos de arrendamento ou obrigação de descomissionamento de ativos. (b) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis vigentes a partir de 2023: A Companhia analisou as emendas às normas contábeis mencionadas abaixo e não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis. (i) CPC 50 - Contratos de seguros - Adoção inicial; (ii) CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis; (iii) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Prover guidance sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis; (iv) CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture - Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas. (c) Novas normas emitidas e interpretações contábeis ainda não adotadas pela Companhia: As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, para as quais não se espera efeitos significativos para a Companhia.			
Pronunciamentos alterados			
CPC 06 - Arrendamento	Especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantidade de ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.		
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que se entende por direito de adiar a liquidação; (ii) que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; (iii) que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.		
CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: evidenciado	Esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.		

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:			
Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:			
Nota	Conta contábil		
9	Imposto de renda e contribuição social diferidos		
4. Receita: Política contábil: A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 "Receita de contrato com cliente", baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstos nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflete a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE. O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético. Venda de energia: Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados no ambiente livre de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN). Contratos wholesale: representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da garantia física dos ativos de geração da CESP. Operações de trading: representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da compra de energia a mercado. Energia de curto prazo - CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD").			

6. Resultado financeiro líquido:			
	2023	2022	
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre aplicações financeiras	10.951	7.813	
Juros sobre ativos financeiros	130	1.408	
Atualização de depósitos judiciais (Nota 10)	23	—	
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(515)	(429)	
	10.589	8.792	
Despesas financeiras			
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(13)	(264)	
Despesas bancárias	(4)	(4)	
	(17)	(268)	
	10.572	8.524	

7. Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil:			
Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.			
	2023	2022	
Caixa			
Caixa e bancos	151	89	
	151	89	
Equivalentes de caixa			
Quotas de fundos de investimentos (i)	10.411	—	
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs (ii)	78.510	86.527	
	88.921	86.527	
	89.072	86.616	

8. Contas a receber de clientes: Política contábil:			
Correspondem aos valores originados pela utilização de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. Mensalmente, a área de Pós Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado com perdas esperadas. Os valores a receber negociados pela Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento entre 45 e 60 dias.			
	2023	2022	
(a) Composição:			
Contratos wholesale	176	83.860	
Partes relacionadas (Nota 12)	38.678	27.016	
Energia de curto prazo - CCEE	1.425	2.707	
	40.279	113.583	
(b) Vencimentos de contas a receber:			
A vencer	2023	2022	
Vencidos acima de 6 meses	1.425	—	
	38.854	113.583	

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Política contábil:			
A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre o lucro e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Neste caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre o lucro e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral, são apresentados em separado. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. 9.1 Composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos: Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2023 sobre diferenças temporárias estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração, as quais são revisadas anualmente, e demonstram, de forma consistente, a realização dos respectivos saldos.			
	2023	2022	
Crédito de renda e contribuição social			
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (i)	—	691	
Prejuízos fiscais e base negativa	—	187	
PFR - Provisão de participação no Resultado	—	25	
Outras provisões	—	212	
	—	212	
	—	886	
	—	212	
	—	886	

13.1 Capital social:			
	2023	2022	
Capital social	62.158	1.157	
Reserva legal	1.824	1.157	
Lucros retidos (ii)	26.009	16.508	
	27.833	17.665	
(i) A Reserva legal é constituída através da retenção de 5% do lucro do exercício social, até o limite de 20% do Capital social. (ii) O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva. 13.3 Proposta de destinação do resultado: Conforme Estatuto Social da Companhia e a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), havendo lucro suficiente, é assegurado aos acionistas a distribuição de dividendo anual obrigatório correspondente a 25% do capital social. Adicionalmente, é possível, mediante decisão dos acionistas, a distribuição e o pagamento de dividendos intermediários em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital. Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerado o montante destinado para Reserva Legal. Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, será proposta a destinação do dividendo anual obrigatório de R\$ 3.167 (R\$ 3.556 em 31 de dezembro de 2022), provisionado no passivo.			

13.3.1 Capital social:			
	2023	2022	
Lucro líquido do exercício	13.335	14.969	
Reserva legal 5%	(667)	(747)	
Saldo para distribuição dos dividendos	12.668	14.222	
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	(3.167)	(3.556)	
(-) Saldo de lucros acumulados	9.501	10.666	
Retenção de lucros	(9.501)	(10.666)	
	—	—	
(e) Saldo			
(f) Instrumentos financeiros e gestão de risco: 14.1 Instrumentos financeiros por categoria:			
(a) Ativos financeiros - classificação, reconhecimento e mensuração: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial. (i) Custo amortizado: Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado. (ii) Valor justo por meio do resultado: Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício. (iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Instrumentos financeiros que satisficam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e cuja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável. (b) Passivos financeiros - classificação, reconhecimento e mensuração: A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são...			

14. Instrumentos financeiros e gestão de risco: 14.1 Instrumentos financeiros por categoria:			
	2023	2022	
Ativos financeiros - custo amortizado			
Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado			
Ativos financeiros - valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Passivos financeiros - custo amortizado			
Passivos financeiros - valor justo por meio do resultado			

14. Instrumentos financeiros e gestão de risco: 14.1 Instrumentos financeiros por categoria:			
	2023	2022	
Ativos financeiros - custo amortizado			
Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado			
Ativos financeiros - valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Passivos financeiros - custo amortizado			
Passivos financeiros - valor justo por meio do resultado			



★ continuação

Notas Explicativas da CESP - Comercialização de Energia S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de "receitas (despesas) financeiras" exceto pela variação cambial reconhecida como "variações cambiais, líquidas". Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado. A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	2023	2022
Ativos			
Ao custo amortizado			
Contas a receber de clientes (Nota 8)	1	40.279	113.583
		40.279	113.583
Ao valor justo por meio do resultado (i)			
Equivalentes de caixa (Nota 7)	1	88.921	86.527
		88.921	86.527
		129.200	200.110

Passivos

Ao custo amortizado

Fornecedores (Nota 11)

	1	37.147	108.484
		37.147	108.484

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido. A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2** - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); **14.2 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez e (c) risco de mercado. Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia, segue a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro

diretrizes no processo de gestão de riscos corporativos, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento. O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito. **(a) Risco de crédito:** As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores financeiros. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de uma das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 7.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas. **(b) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência. A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global. A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Em 31 de dezembro

	2023	2022
	Até 1 ano	Até 1 ano
Fornecedores	37.147	108.484
	37.147	108.484

(c) Risco de mercado: Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros e dos preços de mercado e volume. **(i) Risco cambial:** O risco cambial está

associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, o que afeta o resultado financeiro e os saldos indexados à moeda estrangeira. A proteção de risco cambial da Companhia busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus ativos e passivos e compromissos designados em moeda estrangeira, os quais são permanentemente monitorados. **(ii) Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais, os quais são emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa, o qual é permanentemente monitorado. **(iii) Risco de preço de mercado e volume:** A Companhia está exposta a diferentes riscos atrelados diretamente à sua operação de comercializadora de energia, sendo um dos principais o risco caracterizado por variações no preço e quantidade de energia. Para o controle e gestão dos riscos de mercado inerentes ao negócio, a Companhia estabelece limite de risco a fim de garantir que as perdas potenciais não se tornem prejuízos financeiros. O monitoramento da exposição ao risco de mercado para a Companhia tem como objetivo informar as devidas alçadas para tomada de decisão e definição de planos de ação, caso necessário. **14.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade:** O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas. Os cenários em 31 de dezembro de 2023 estão descritos abaixo: **Cenário I** - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2023, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2024; **Cenário II** - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023; **Cenário III** - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo Unidade	Impactos no resultado						
			Cenário I		Cenários II & III				
			Choque nas Resulta-curvas de dos do						
Taxas de juros			31/12/2023	cenário I	-25%	-50%	25%	50%	
	Equiva-lentes de caixa	88.921	BRL mil	-69bps*	(609)	(2.590)	(5.180)	2.590	5.180

Diretoria

Fabio Zanfelicce - Diretor Presidente

Mario Antonio Bertoncini - Diretor

Contadora

Eva Maria Andreu Portulhak - CRC: PR 064719/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas

CESP Comercializadora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CESP Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas

Chamamos atenção para a nota explicativa 12 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém um elevado grau de dependência com parte relacionada, seu único cliente. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da diretoria/diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de março de 2024



PriceWaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Alexandre Peres
Contador - CRC 1SP198156/O-7

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>